

**Metrobus - Transporte Coletivo S/A**  
**Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis**  
**adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017**

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais Mil**

	2017	2016		2017	2016
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	28	18	Fornecedores (Nota 10)	7.906	8.305
Contas a receber (Nota 4)	15.606	13.086	Salários e encargos sociais (Nota 11)	5.839	5.355
Estoques (Nota 5)	685	434	Impostos e contribuições a recolher (Nota 12)	17.459	19.334
Adiantamentos (Nota 6)	279	414	Contas a pagar (Nota 13)	7.117	6.400
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	906	385		<b>38.321</b>	<b>39.394</b>
	<b>17.504</b>	<b>14.337</b>	<b>Não circulante</b>		
<b>Não circulante</b>			Provisão para contingências (Nota 14)	13.138	11.781
<b>Realizável a longo prazo</b>			Impostos e contribuições a recolher (Nota 12)	3.408	5.709
Depósitos judiciais (Nota 8)	2.823	2.667		<b>16.546</b>	<b>17.490</b>
	<b>2.823</b>	<b>2.667</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 16)</b>		
Investimentos	51	51	Capital social (a)	194.493	194.493
Imobilizado (Nota 9)	70.493	84.591	(-) Capital social a integralizar	(637)	(17.787)
			Reservas de lucros	86	86
	<b>70.544</b>	<b>84.642</b>	Reservas de reavaliação	7.144	7.228
			Prejuízos acumulados	(165.082)	(139.258)
				<b>36.004</b>	<b>44.762</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>90.871</b>	<b>101.646</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>90.871</b>	<b>101.646</b>

**Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em Reais Mil	2017	2016
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>		
Transporte urbano (Nota 15 - a)	75.452	86.061
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>	<b>75.452</b>	<b>86.061</b>
Custo dos serviços prestados (Nota 15 - b)	(94.070)	(85.351)
<b>Prejuízo / Lucro bruto</b>	<b>(18.618)</b>	<b>710</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>		
Despesas administrativas, e tributárias (Nota 15 - c)	(18.045)	(18.543)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	6.978	13.723
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(29.685)</b>	<b>(4.110)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	(11.296)	(5.502)
Receitas financeiras	731	121
	<b>(10.565)</b>	<b>(5.381)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(40.250)</b>	<b>(9.491)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 12 - b)	14.343	-
<b>(Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(25.907)</b>	<b>(9.491)</b>
<b>(Prejuízo) líquido por ação do capital social</b>	<b>(0,1332)</b>	<b>(0,0488)</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

**Demonstração do resultado abrangente**

Em Reais Mil	2017	2016
Pejuízo do exercício	(25.907)	(9.491)
Realização da reserva de reavaliação	84	129
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(25.823)</b>	<b>(9.362)</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais Mil**

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Prejuízo) do exercício	(25.907)	(9.491)
Depreciação e amortização	12.724	12.998
Resultado pela baixa do imobilizado	1.379	5
Reversão de provisões	(11.140)	(15.480)
Perda no recebimento de créditos	169	246
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.815	2.139
Despesas com juros de longo prazo	-	2.098
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(14.343)	-
	<b>(35.303)</b>	<b>(7.485)</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>		
Contas a receber	(2.520)	2.579
Estoques	(251)	(42)
Impostos a recuperar	(521)	3
Depósitos judiciais	(156)	153
Adiantamentos	135	(67)
Créditos tributários	-	1.064
	<b>(3.313)</b>	<b>3.690</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivo</b>		
Fornecedores	(399)	1.088
Impostos e contribuições a recolher	(4.176)	(14.407)
Salários e encargos sociais	484	714
Contas a pagar	717	765
Provisão para contingências	1.357	1.677
Caixa consumido pelas operações	(2.017)	(10.163)
Pagamentos efetuados a Redmob	23.498	10.996
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>(17.135)</b>	<b>(2.962)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(5)	(25)
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(5)</b>	<b>(25)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	17.150	3.000
<b>Caixa Líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>17.150</b>	<b>3.000</b>
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10</b>	<b>13</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	18
	<b>10</b>	<b>13</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em Reais Mil**

	Capital social		Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar				
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>194.493</b>	<b>(20.787)</b>	<b>86</b>	<b>7.357</b>	<b>(129.896)</b>	<b>51.253</b>
Integralização de capital	-	3.000	-	-	-	3.000
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(129)	129	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(9.491)	(9.491)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>194.493</b>	<b>(17.787)</b>	<b>86</b>	<b>7.228</b>	<b>(139.259)</b>	<b>44.761</b>
Integralização de capital	-	17.150	-	-	-	17.150
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(84)	84	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(25.907)	(25.907)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>194.493</b>	<b>(637)</b>	<b>86</b>	<b>7.144</b>	<b>(165.082)</b>	<b>36.004</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis						

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais**

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é

de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goiânia, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da



A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas. A movimentação do imobilizado em 2017 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
<b>Imobilizado</b>		<b>70.493</b>	<b>(12.720)</b>	<b>(1.379)</b>	<b>84.591</b>
<b>Imobilizado Operadora</b>		<b>63.348</b>	<b>(12.637)</b>	<b>(1.379)</b>	<b>77.364</b>
<b>Operadora</b>		<b>131.701</b>	<b>5</b>	<b>(2.664)</b>	<b>134.360</b>
Equipamentos/Instalações		747	5	(7)	750
Móveis e Utensílios		347	-	(5)	352
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		360	-	-	360
Frota de Ônibus		1.255	-	-	1.255
Software-Programas		183	-	(4)	187
Frota de Ônibus Novos		126.948	-	(2.648)	129.596
Benfeitorias		700	-	-	700
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(68.353)</b>	<b>(12.641)</b>	<b>1.285</b>	<b>(56.996)</b>
Equipamentos/Instalações		(634)	(66)	6	(574)
Móveis e Utensílios	10% a 40%	(239)	(34)	2	(207)
Edificações	4%	(182)	(24)	-	(158)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(325)	(20)	-	(305)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.255)	-	-	(1.255)
Software-Programas		(183)	(0)	4	(187)
Frota de Ônibus Novos		(65.382)	(12.470)	1.273	(54.185)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros		(153)	(28)	-	(125)
<b>Reavaliação</b>		<b>7.145</b>	<b>(83)</b>	<b>-</b>	<b>7.227</b>
		<b>10.462</b>	<b>-</b>	<b>(231)</b>	<b>10.693</b>
Equipamentos/Instalações		203	-	(9)	212
Móveis e Utensílios		48	-	(1)	49
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		115	-	-	115
Frota de Ônibus		1.829	-	(220)	2.049
Software-Programas		46	-	(2)	48
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(3.318)</b>	<b>(83)</b>	<b>231</b>	<b>(3.466)</b>
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(203)	(0)	9	(212)
Móveis e Utensílios	10% a 40%	(48)	-	1	(49)
Edificações	2% a 4%	(1.076)	(83)	-	(994)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(115)	-	-	(115)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.829)	-	220	(2.049)
Software-Programas		(46)	-	2	(48)

#### 10. Fornecedores

Fornecedores no país  
 A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2017 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.  
 O vencimento das obrigações com fornecedores está limitado no prazo de 12 meses.

#### 11 Salários e encargos sociais

	2017	2016
INSS	2.723	1.326
F G T S	284	295
Provisão de férias	2.657	2.509
Outros	175	1.225
<b>5.839</b>	<b>5.355</b>	

#### 12 Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
<b>Circulante</b>		
COFINS	7	16
PIS/PASEP	1	3
ISSQN (a)	9.088	10.120
REFIS MUNICIPAL-ISSQN Parcelamento	4.557	4.126
Parcelamento LEI 11.941	-	376
Parcelamento LEI 12.996/14	-	1.142
INSS Retenções	2.542	-
Outros Impostos e contribuições a recolher	1.264	3.551
<b>17.459</b>	<b>19.334</b>	
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento LEI 11.941	814	2.369
Parcelamento LEI 12.996/14	1.183	3.340
Parcelamento convencionada INSS	1.291	-
Parcelamento IPTU	120	-
<b>3.408</b>	<b>5.709</b>	

(a) A Companhia discute na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.  
 (b) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização – PERT nos termos da Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.711 de 16 de junho de 2017, convertida na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017 e procedeu no exercício de 2017 à consolidação dos débitos incluídos no Programa Especial de Regularização, dessa forma, obteve uma redução legal de juros e multa no montante de R\$ 3.842, e utilizou R\$ 14.343 mil, decorrente de créditos tributários de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, para liquidação do passivo tributário de débitos de impostos e contribuições federais incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária. Em 31 de dezembro de 2017, o crédito fiscal foi constituído sobre prejuízo fiscal e estão registrados e demonstrados nestas demonstrações financeiras:

	2017
Composição da base utilizada para IR e CSSL diferidos	
(+) Prejuízo fiscal (*)	42.186
Impostos diferidos - 34%	14.343
(*) A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 5% dos débitos e liquidação de 95% com a utilização dos créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da legislação federal citada na letra (a). Na liquidação dos saldos remanescentes foram utilizados R\$ 3.797 de base negativa de contribuição social e R\$ 10.546	

de prejuízos fiscais próprios.

	Montante das dívidas incluídas no PERT	Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social utilizados
Parcelamentos RFB da Lei 11.941/2009	6.037	6.037
Parcelamentos RFB da Lei 12.996/2014	4.250	4.250
IRRF, PIS e COFINS.	47	47
INSS	4.009	4.009
	<b>14.343</b>	<b>14.343</b>

#### 13 Contas a pagar

	2017	2016
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	42	126
CIA Metropolitana de Transportes	3.960	3.328
SANEAGO	233	233
Outras	375	206
	<b>7.117</b>	<b>6.400</b>

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face a essas despesas em montante igual encontram-se escriturados no ativo circulante.

#### 14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2017		2016	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	12.137	-	12.137	10.814
Trabalhistas	1.001	267	734	967
	<b>13.138</b>	<b>267</b>	<b>12.871</b>	<b>11.781</b>

Em 31 de dezembro de 2017, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigentes é de aproximadamente R\$ 8.796 mil para ações cíveis e R\$ 1.303 para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2016				2017			
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	9.059	368	2.123	10.814	10.814	-	1.323	12.137
Trabalhistas	1.045	94	16	967	967	-	34	1.001
	<b>10.104</b>	<b>462</b>	<b>2.139</b>	<b>11.781</b>	<b>11.781</b>	<b>-</b>	<b>1.357</b>	<b>13.138</b>

#### 15 Composição das contas de resultado

(a) Receita líquida de vendas de serviços	2017	2016
Receita bruta de vendas de serviços	77.012	88.726
Impostos sobre as vendas	(1.560)	(2.665)
	<b>74.452</b>	<b>86.061</b>

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.  
 Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

#### (a) Receita bruta de vendas de serviços



Eixo anhanguera	2017	2016
Sistema de vale transporte	243	4
Repasso semi - urbano	66.187	32.361
Repasso estado de Goiás	9.296	9.332
Permissãoários	-	45.560
	1.286	1.469
	77.012	88.726
<b>(b) Custos dos serviços vendidos</b>		
	2017	2016
Trafego (b1)	(79.611)	(71.049)
Manutenção	(9.145)	(8.068)
Setransp	(5.314)	(6.234)
	(94.070)	(85.351)
<b>(b1.) Trafego</b>		
	2017	2016
Pessoal	(25.098)	(27.645)
Materiais	(16.020)	(17.037)
Depreciação	(12.724)	(12.998)
Serviços de Terceiros	(1.710)	(2.358)
Consórcio REDMOB	(24.059)	(11.011)
	(79.611)	(71.049)
<b>(c) Despesas administrativas e tributárias</b>		
	2017	2016
Salários, encargos Sociais e outras	(13.863)	(14.870)
Materiais diversos	(777)	(902)
Outros serviços de terceiros	(1.866)	(1.839)
Outras despesas	(1.539)	(932)
	(18.045)	(18.543)
<b>(d) Despesas financeiras</b>		
	2017	2016
Multas e Juros (*)	(11.090)	(4.723)
Outras despesas financeiras	(206)	(779)
	(11.296)	(5.502)

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federais e municipais, inclusive os encargos financeiros decorrentes da recomposição de débitos tributários incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei 13.496 de 24/10/2017.

**16 Patrimônio líquido**  
**(a) Capital autorizado**  
A companhia esta autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 194.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 194.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação.  
**(b) Capital subscrito e integralizado**  
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 193.856.

**17 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos**  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores. Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

<b>Ativos financeiros</b>			
	2017	2016	
Caixa e equivalentes de caixa	28	18	
Contas a receber	15.606	13.086	
	15.634	13.104	
<b>Passivos financeiros</b>			
	2017	2016	
Fornecedores	7.906	8.305	
	7.906	8.305	

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.  
**Gerenciamento de riscos:**  
Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:  
(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

**MARLIUS BRAGA MACHADO**      **RICARDO LUIZ JAYME**      **KID FREIRE**  
DIRETOR PRESIDENTE      DIRETOR DE GESTÃO      CONTADOR - CRC/GO 013415/0

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
O Conselho de Administração da Metrobus Transporte Coletivo S/A, analisou e aprovou o Balanço Patrimonial, e as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixas e as Notas Explicativas referentes ao exercício de 2017. Tomando como base o parecer da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial/financeira da Empresa, estando em condições de receber a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Goiânia, 23 de abril de 2018.  
**Marlius Braga Machado**      **Edmar Ferreira Perilo**  
Membro do Conselho de Administração      Membro do Conselho de Administração  
**Jaime Bueno Aguiar**      **José Carlos Xavier**  
Membro do Conselho de Administração      Membro do Conselho de Administração

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos Exercícios, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, ressalvando os custos dos serviços vendidos relativos ao compartilhamento de despesas realizadas pelo consórcio de empresas em que a Companhia é consorciada, pois estas não tiveram a documentação comprobatória de suas despesas. Mesmo assim, estão estes, em condições de serem submetidos à aprovação com ressalva da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia - GO, 23 de abril 2018.  
**Sérgio Augusto Inácio de Oliveira**  
Membro

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**  
Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Metrobus Transporte Coletivo S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**  
Conforme nota explicativa 15 (b1), os custos dos serviços vendidos esta contabilizado por R\$ 94.070 mil, desse montante, R\$ 24.059 corresponde ao compartilhamento de despesas realizadas por consórcio de empresas em que a Companhia é consorciada, que representa 25,58% do total dos custos dos serviços vendidos. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a totalidade do valor contábil dos custos dos serviços vendidos da Companhia em 31 de dezembro de 2017, em razão de não termos tido acesso a documentação comprobatória das despesas realizadas pelo Consócio.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

**Ênfase continuidade operacional**  
As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Companhia. A Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

**Outros Assuntos**  
Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC. Conforme cláusula quinquagésima segunda do referido contrato, a não apresentação das garantias exigidas, implica na extinção do contrato de concessão.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

Até a data de emissão deste relatório, o poder concedente Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC não havia se manifestado sobre os valores relativos ao desequilíbrio econômico financeiro, relativo ao período entre o início e o término do contrato primitivo de concessão, (31 de dezembro de 1997 a 31 de março de 2011) de que trata a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, apresentado pela cessionária Metrobus Transporte Coletivo S.A. na data de 30 de junho de 2009.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 16 de abril de 2018.  
P R I M E  
**Auditor Independente S/S**      **José Francisco Firmino**  
CRC-2-SP 023.478/0-7-S-GO      Contador - CRC-1-SP 196.425/0-8-S-GO

Protocolo 72675